

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 17/03/2016

- [Vara da Infância do TJDF forma padrinhos afetivos para menores em abrigos](#)
- [Crianças no trabalho doméstico são 94% meninas e 73% negras](#)
- [Projeto leva conexão e tablets para escola rural](#)
- [MPPE promove encontro regional sobre atenção psicossocial de crianças e adolescentes em São Lourenço da Mata](#)

Assunto: Vara da Infância do TJDF forma padrinhos afetivos para menores em abrigos

Fonte: CNJ

Data: 17/03/2016



A Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (VIJ-TJDFT), em parceria com a ONG Aconcheço, em Brasília, dá início à formação de padrinhos e madrinhas afetivos de crianças e adolescentes com poucas chances de adoção que vivem em abrigos no Distrito Federal. O objetivo é capacitar pessoas que tenham disponibilidade de partilhar tempo e afeto com esses menores e que desejem colaborar com a construção do projeto de vida e autonomia de adolescentes. A palestra de apresentação do programa de formação será neste sábado (19/03). Atualmente, existem 358 crianças e adolescentes que vivem em abrigos no DF.



Desde 2013, a partir da assinatura de um termo de cooperação entre a VIJ e a ONG, foram capacitados 43 padrinhos pelo curso de Apadrinhamento Afetivo, sendo que 14 deles de fato tornaram-se padrinhos. O apadrinhamento afetivo é um programa voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento ou em famílias acolhedoras, com o objetivo de promover vínculos afetivos seguros e duradouros entre eles e pessoas da comunidade que se dispõem a ser padrinhos e madrinhas. As crianças aptas a serem apadrinhadas têm, quase sempre, mais de dez anos, e, portanto, chances remotas de adoção. Uma das intenções do apadrinhamento afetivo, por exemplo, é que a criança possa conhecer como funciona a vida em família, vivenciando situações cotidianas.

Na opinião de Eustáquio Coutinho, assessor técnico da VIJ, o padrinho consegue ter um olhar de carinho para a criança, dar aconselhamentos e um horizonte. “Os jovens passam a acreditar

que apesar de estarem em situação de acolhimento podem ter uma vida independente, se socializar e se profissionalizar, se empoderando para o futuro”, diz Coutinho. Para ele, é importante que o padrinho não cultive um sentimento de piedade, mas de afeto e comprometimento com a criança ou adolescente que se encontra em acolhimento. “O padrinho que some de repente gera muito sofrimento na criança, que acaba passando por mais um abandono”, diz Coutinho.

O padrinho acaba se tornando uma referência na vida da criança ou do adolescente, mas não recebe a guarda. Para que ocorram saídas de fim de semana, os técnicos do abrigo vistoriam antes se a casa do padrinho é um ambiente familiar seguro. Para viagens e férias, é preciso autorização da vara de infância. Um dos requisitos para se tornar um padrinho é não estar cadastrado para a adoção.

Palestra de apresentação - O objetivo da palestra, que é pré-requisito para a capacitação, é apresentar a metodologia do programa, prestar esclarecimentos sobre os papéis de padrinhos, afilhados e instituições parceiras. Após a palestra, as pessoas que se interessarem em se tornar padrinhos afetivos, receberão as orientações para frequentar as oficinas que serão a partir da primeira semana de maio. As inscrições para a palestra devem ser feitas pelo e-mail contatos@aconchegodf.org.br

Assunto: Crianças no trabalho doméstico são 94% meninas e 73% negras

Fonte: Diário de PE

Data: 17/03/2016



A pesquisa concluiu que houve uma redução de 17%, entre 2012 e 2013, do número de trabalhadores domésticos infantojuvenis

O trabalho infantil doméstico no Brasil é exercido, em maioria, por meninas negras. Crianças e adolescentes do sexo feminino são 94% das ocupadas no serviço doméstico, enquanto 73% delas são negras. O levantamento foi apresentado nesta quarta-feira, 16, pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

Com base em microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a pesquisa concluiu que houve uma redução de 17%, entre 2012 e 2013, do número de trabalhadores domésticos infantojuvenis - algo proibido por lei no País. Apesar disso, em alguns Estados, principalmente das regiões norte e nordeste, houve aumento - no Acre, por exemplo, o número de crianças ocupadas em casas de terceiros mais que dobrou.

"Apesar de ser realizado no interior dos lares, entendidos pela população como espaços de proteção, o trabalho infantil doméstico se caracteriza por jornadas extensas, intenso esforço físico, isolamento e, muitas vezes, abusos psicológicos e sexuais", alerta a secretária-executiva da FNPETI, Isa Maria Oliveira.

O relatório aponta que essa ocupação "viola direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao brincar, ao lazer e à profissionalização".

Em 2008, foi publicado um decreto que considera o trabalho infantil doméstico, em função dos motivos elencados por Isa Maria, uma das "piores formas" de trabalho infantil. "O perfil do trabalhador doméstico infantil expressa duas iniquidades: de gênero e de raça", diz a pesquisadora, sobre o fato de ser exercido, em geral, por meninas negras de 16 a 17 anos, que recebem um salário médio de R\$ 238 mensais. "As mais jovens sequer são remuneradas".

No trabalho infantil geral - não só o doméstico -, os meninos são maioria (67%), o que revelaria um "padrão cultural" da sociedade brasileira. "Homens sustentam a casa, enquanto mulheres cuidam do lar", critica a secretária.

Segundo o estudo, 80% das crianças e adolescentes que estavam no serviço doméstico em 2013 estavam estudando. O dado pode parecer animador, mas Isa Maria destaca que a taxa de escolarização "não mede a permanência na escola" e que, em geral, quem trabalha tem dificuldades para concluir os ensinamentos fundamental e médio na idade adequada. "Em função da longa jornada, a criança já chega à escola cansada, o que compromete sua cognição e atrasa seu desenvolvimento", afirma.

Também é comum que crianças e adolescentes no serviço doméstico desenvolvam doenças que vão acompanhá-las até a fase adulta, como tendinites, bursites e problemas de coluna, além de fobias, ansiedade e baixa autoestima.

A meta é eliminar trabalho infantil doméstico até 2020. Em 2013, havia mais de 3,2 milhões de adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil, número que representa 3,3% de toda a ocupação do País e 7,5% da população nesta faixa etária. No ano seguinte, foram registrados 143 mil novos casos.

No recorte do trabalho infantil doméstico, porém, houve diminuição: eram 213 mil em 2013 (6,7% do total), número 17,6% menor em relação a 2012. A expectativa do FNPETI, "se mantida a tendência de redução ano a ano", é a de eliminar essa forma de trabalho infantil até 2020.

Um dos passos para isso é conscientizar não só as autoridades - e pressionar por mais fiscalização - mas também a população. "Se eu compro produto de alguma criança que está vendendo no farol, eu estou contribuindo com o trabalho infantil. Como cidadã e consumidora, também tenho responsabilidade de reconhecer aquela situação como ilegal", salienta Isa Maria.

Para a pedagoga Viviana Santiago, especialista da Plan International (ONG que apoiou a elaboração do documento), a maioria das pessoas ainda é condescendente com o trabalho infantil doméstico: "Tanto as famílias das crianças quanto as famílias que as empregam percebem o serviço como uma oportunidade: ela 'pelo menos' está trabalhando, 'pelo menos' veio para a cidade, 'pelo menos' vai ter uma vida melhor", critica.

Ela aponta que, no entanto, raramente as crianças que trabalham como empregadas domésticas terão um futuro diferente. "É uma ilusão que se desmente quando vemos que a maioria das domésticas adultas no Brasil está nessa posição desde a infância", diz.

Assunto: Projeto leva conexão e tablets para escola rural

Fonte: Diário de PE

Data: 17/03/2016

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Unidade de Vitória de Santo Antão é a primeira do Nordeste a receber projeto promovido pela Vivo.



Empresa de telefonia entregou 150 tablets para os alunos

A Escola Municipal Manoel Domingos de Melo, em Vitória de Santo Antão, é a primeira unidade de ensino rural 100% digital no Nordeste. O colégio, que tem 140 alunos e fica na comunidade rural de Oiteiro, foi o segundo no país a receber o laboratório do Projeto Escolas Rurais, implantado através de uma parceria entre a telefônica Vivo, prefeitura e o C.E.S.A.R.

A empresa de telefonia equipou a unidade com uma conexão de 4G de 40 megabytes e entregou 150 tablets para os alunos e 20 notebooks para uso dos professores e grupos em sala de aula. Através do programa, os professores serão capacitados por especialistas do C.E.S.A.R, instituição que cria produtos, serviços e negócios com tecnologias da informação e comunicação. Ao longo do projeto também serão implementadas aulas de robóticas.

A escola servirá como um laboratório nacional para a fundação e o C.E.S.A.R, que vão monitorar os resultados alcançados e desenvolver novas plataformas educacionais.

A unidade foi beneficiada por causa do interesse de sete professores que concluíram todos os cursos oferecidos do projeto, na plataforma online. Ontem, o diretor-presidente da fundação, Américo Mattar, inaugurou o laboratório no Brasil, que ficará em funcionamento durante três anos, podendo ser renovado posteriormente.

Mãe de Kauan David, 9; Keila Manuela, 4; e Kauani Grazielle, 8; a agricultora Daniele Ferreira, 24, chegou a chorar diante da chegada da nova oportunidade para os alunos. “Fico muito feliz em saber que eles agora vão desfrutar desses recursos. A cada dia eles levarão novidades para casa”, ressaltou. “Não quero faltar um dia de aula. Estou bem interessada em estudar com o tablet e participar das oficinas de robótica”, disse Kauani.

Com uma população de 111 mil habitantes, o município de Vitória de Santo Antão tem 67 escolas, sendo 41 rurais. Segundo Américo Mattar, dentre as unidades mapeadas pela Fundação a Manoel Domingos foi selecionada após a análise de quatro critérios

fundamentais. “A localização em área rural, rede 4G disponível, número de alunos e disposição para inovar práticas pedagógicas. Em parceria entre a prefeitura, instalamos conexão de fibra ótica de alta velocidade e os alunos e professores receberam notebooks ou tablets”, disse.

Pioneirismo

O vice-presidente de Assuntos Corporativos Vivo, Gustavo Gachinero, citou o pioneirismo da velocidade da conexão no Nordeste, sobretudo na unidade escolar pública de ensino fundamental. “Há escolas conectadas com 2 mega, mas aqui são 40. Então, é um passo a frente à inovação”, frisou. O diretor da empresa parceira Qualcomm, Oren Pinsky, explicou como funciona esse serviço. “A gente está incrementando, com a ajuda da Vivo, uma rede de dados baseada na tecnologia celular operada pela telefônica, mas que fica dentro e fora a escola.”

O lançamento também teve a participação do presidente da Qualcomm, Rafael Steinhauer, do CEO do C.E.S.A.R Sérgio Cavalcanti, da coordenadora do Ministério das Comunicações, Eloá Fernandes, e do deputado estadual Joaquim Lira.

Assunto: MPPE promove encontro regional sobre atenção psicossocial de crianças e adolescentes em São Lourenço da Mata

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 17/03/2016



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude), promove, **no dia 30 de março, a partir das 8h30**, o *Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes*. O encontro será no auditório da Sede das Promotorias de Justiça de São Lourenço da Mata (rua Tito Pereira, 306, Centro) e abrangerá os municípios de Camaragibe, Carpina, Nazaré da Mata, Paudalho e São Lourenço da Mata.

A reunião tem como público-alvo promotores de Justiça, conselheiros tutelares e representantes dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Lazer dos municípios de Camaragibe, Carpina, Nazaré da Mata, Paudalho e São Lourenço da Mata.

A ideia do encontro é permitir a troca de informações quanto às ações existentes de prevenção do consumo de drogas e atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes; auxiliar os membros do MPPE no enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes, por meio da articulação para a promoção de ações que visem à prevenção do uso, à restrição da venda dessas substâncias, bem como a garantia do serviço ao usuário / dependente.

Outros objetivos são: contribuir para a adequação da Rede de Atenção em Saúde Mental nos municípios aos princípios e normativas preconizados para crianças e adolescentes, contribuir para a articulação dos atores envolvidos e para o controle social da implementação das políticas públicas em saúde mental.

Na programação estão palestras a serem ministradas pelo coordenador do Caop Infância e Juventude, promotor de Justiça Luiz Guilherme Lapenda; a promotora de Justiça Aline Laranjeira; a representante da Gerência de Saúde Mental do Estado, Valdiza Soares e o analista ministerial do Caop, Gilberto Lúcio.

Os interessados em participar do encontro devem preencher a ficha de inscrição e encaminhar para o e-mail caopij@mpe.mp.br. Mais informações sobre o evento podem ser adquiridas pelo telefone: 3182-7419.